

# CPI completa 46 dias sob o signo da cautela

CHRISTIANE SAMARCO

BRASÍLIA — Exatas 20 sessões e 13 depoimentos depois, a CPI do Orçamento completa hoje 46 dias de trabalho com a certeza de que, até agora, seis deputados entrarão na lista dos pedidos de cassação. Forte candidato a engrossar esta relação, o ex-presidente da Câmara Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) fez novo pedido para adiar seu depoimento, previsto para a próxima terça-feira, quando teria que explicar a origem de US\$ 1,1 milhão creditado em suas contas nos últimos cinco anos.

Traumatizada pelo saldo melancólico de tanto trabalho, a CPI decidiu que, antes de uma nova devassa fiscal e bancária para investigar a relação de políticos com empreiteiras, quer ouvir Ailton Reis, diretor da Norberto Odebrecht, que prestará depoimento amanhã. O entusiasmo com a apuração das denúncias do economista José Carlos Alves dos Santos, que de início provocou a rápida quebra de sigilo bancário e fiscal de 22 deputados federais, quatro senadores, dois ministros de Estado e três governadores, deu lugar à prudência.

"Hoje todos nós estamos mais cautelosos", resume o senador Elcio Álvares (PFL-ES), que participa ativamente da CPI desde a abertura do inquérito em 20 de outubro. Prova de que o senador está com a razão é que a mesma comissão que não hesitou em quebrar o sigilo de 14 prefeituras e 45 entidades espalhadas por 24 unidades da federação, recuou na reunião de sexta-feira. É que na véspera, o comando da CPI havia decidido pela devassa bancária e fiscal de mais 10 parlamentares. O pleno da comissão, porém, optou por requisitar os documentos ao Banco Central só depois das informações de Ailton Reis.

## ■ José Carlos Alves dos Santos

**Depoimento (20/10/93)** — Autor da denúncia que gerou a CPI do Orçamento, foi o primeiro a depor, denunciando esquema de manipulação de verbas do Orçamento da União. Desencadeou abruptamente a quebra de sigilo bancário e fiscal de parlamentares, ministros e governadores.

**Situação** — Assassino da mulher, Ana Elizabeth, José Carlos aguarda julgamento por homicídio. Suas denúncias não foram desqualificadas, mas a CPI recebeu com cautela nova lista de 16 políticos por ele citados minutos antes da tentativa de suicídio, há uma semana.

## ■ João Alves (BA)

**Depoimento (22/10/93)** — Sustentou que José Carlos inventara o esquema do Orçamento para livrar-se da acusação de assassinato e atribuiu a movimentação de US\$ 9 milhões à "ajuda de Deus", por ganhar muito na loteria. Provocou gargalhadas e não convenceu. Seu depoimento comprovou que havia de fato o esquema. A loteria servia para lavar dinheiro.

**Situação** — A defesa de Alves não convenceu nem os companheiros de partido. Expulso do PPR na quarta-feira por falta de decoro parlamentar, já está na lista dos que terão mandato cassado.

## ■ Normando Leite Cavalcante

**Depoimento (26/10/93)** — Dono da Seval, foi levado à CPI sob suspeita de usar serviço de consultoria para intermediar liberação de verbas com parlamentares. Cobrava dos clientes percentuais sobre as liberações. Fracassou na tentativa de se mostrar um destino humilde.

**Situação** — Como não é parlamentar, seu futuro será decidido pela Justiça. Já está sendo processado pela Polícia Federal por exploração de prestígio: usava o no-

me de João Alves nas suas negociações.

## ■ Ricardo Fiúza (PFL-PE)

**Depoimento (3/11/93)** — Depois no Senado, sentado na cadeira do presidente do Congresso, o plenário a seus pés. Defendeu-se lembrando o apoio de todos os partidos para que assumisse a relatoria da Comissão de Orçamento no lugar de Alves. Saiu do centro das acusações, mas ficou a convicção de que alterou o Orçamento de 92 depois de aprovado.

**Situação** — Está sendo acusado de uso particular de recursos públicos e restam dúvidas sobre sua participação no esquema do Orçamento. Mas até agora não há evidências que apontem para sua cassação.

## ■ Marinalva Soares da Silva

**Depoimento (4/11/93)** — O alvo de Marinalva era seu ex-marido, o deputado *anão* Manoel Moreira (PMDB-SP), acusado de enriquecimento ilícito. Levou dossier de 600 páginas, com notas de compras. Atingiu em cheio o PMDB paulista, envolvendo aliados de Quercia. Detonou o comando do PMDB, descrevendo um cruzeiro nababesco pelas ilhas gregas com Moreira, Ibsen Pinheiro, Cid Carvalho, José Geraldo e Genebaldo Correia.

**Situação** — Depois de comparecer a vários programas de TV dando entrevistas exibidas ao vivo para todo o país, Marinalva anunciou que seu objetivo não é apenas destruir o ex-marido. Ela quer aproveitar o embalo para se candidatar a uma cadeira na Assembleia paulista.

## ■ Cid Carvalho (PMDB-MA)

**Depoimento (4/11/93)** — O deputado depôs em situação difícil, com uma movimentação bancária de US\$ 3 milhões rastreados pela Subcomissão de Bancos a explicar. Liquidou-se no final do de-

poimento, quando negou por duas vezes que tivesse recebido dinheiro de Alves. O relator Roberto Magalhães exibiu dois cheques que desmoralizaram seu depoimento.

**Situação** — Além da ligação incontestável com João Alves, também aparece vinculado ao dono da Seval, Normando Leite, que se apresentou como seu representante ao prefeito de Muniz Freire (ES) para intermediar verbas. Há elementos para um pedido de cassação por falta de decoro.

## ■ José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG)

**Depoimento (18/11/93)** — Foi apontado como autor do depoimento mais frio e profissional. Mas nem o controle emocional garantiu-lhe sucesso. Ficou evidente sua participação num sofisticado esquema de corrupção ligado às subvenções sociais. Controla uma holding — a Engesolo — e cinco outras com parentes e diretores da construtora, inclusive a entidade fantasma Caldas da Rainha. Disse que não havia comprado uma fazenda mesmo diante de um cheque seu, nominal, usado no pagamento.

**Situação** — Depois do mau desempenho no depoimento, seu nome ainda apareceu na lista dos parlamentares envolvidos no esquema da construtora Odebrecht. Além das evidências que apontam para um pedido de cassação pela CPI, o deputado deve enfrentar processo na justiça por desvio de recursos públicos. Tem US\$ 3,5 milhões para explicar à CPI.

## ■ Genebaldo Correia (PMDB-BA)

**Depoimento (18/11/93)** — O ex-líder do PMDB começou bem, rebatendo acusações de enriquecimento ilícito. Exibiu fotos de suas propriedades, mostrando que a mansão apontada pela imprensa não passava de um sobrado quase em ruínas. Mas terminou mal. Vacilou tanto após ser perguntado

se recebera cheque de Alves que acabou humilhado.

**Situação** — Genebaldo não está na lista dos cassados pela CPI, mas sua situação só não é pior porque o julgamento é político, e até o início da CPI ele era o líder do maior partido na Câmara. E ainda falta explicar US\$ 1,66 milhão creditados em suas contas nos últimos 5 anos.

## ■ Manoel Moreira (PMDB-SP)

**Depoimento (20.11.93)** — Para desqualificar as acusações da ex-mulher, começou exibindo a certidão de seu segundo casamento, que Marinalva disse que não valia perante a Justiça. Mas acabou pegando pelo enriquecimento ilícito, pois não conseguiu explicar o súbito aumento de patrimônio nem créditos em suas contas equivalentes a US\$ 3,29 milhões.

**Situação** — Além de fortíssimo candidato à lista de cassação do relator Roberto Magalhães, ainda tem pela frente a fúria do Leão da Receita Federal e a ameaça de seqüestro dos bens.

## ■ Feres Nader (suplente)

**Depoimento (23/11/93)** — Negou participar do esquema do Orçamento, mas se saiu muito mal no depoimento. Para justificar seu patrimônio de US\$ 20 milhões e a movimentação bancária de US\$ 1,081 milhão, admitiu ter praticado crime de sonegação fiscal. Caiu em contradições e mentiu ao dar informações sobre uma de suas faculdades em Barra Mansa (RJ).

**Situação** — Implicado em irregularidades que resultaram no desvio de cerca de US\$ 5 milhões de subvenções sociais para entidades comandadas por sua família, não tem imunidade parlamentar e é certo que enfrentará processos na Justiça.

## ■ Fábio Raunheitti (PTB-RJ)

**Depoimento (24/11/93)** — Bombardeado por quase toda a bancada

federal do Rio, que levou provas ao depoimento, teve péssimo desempenho. Ficou evidente que usou irregularmente US\$ 15 milhões liberados a título de subvenção social destinados a 11 entidades controladas por sua família no Rio. Milionário e sonegador, não conseguiu explicar depósitos de US\$ 3,58 milhões em suas contas.

**Situação** — Cassação dada como certa, já anunciou que vai abandonar a política. Ficará livre da punição dos eletores, mas restaurão a Receita Federal e a Justiça. Todas as provas do sua participação no esquema do Orçamento serão encaminhadas ao Ministério Público.

## ■ Sérgio Guerra

**Depoimento (25/11/93)** — Melhor desempenho entre todos os depoentes. De família rica e casado com milionária de Pernambuco, da família Brenan, seu patrimônio é compatível com a renda e não teve dificuldade para explicar os US\$ 2 milhões creditados em suas contas. Justificou a participação como sub-relator da Comissão do Orçamento demonstrando grande conhecimento e discutindo política pública.

**Situação** — Foi considerado carta fora do baralho da CPI até que estourou o escândalo Odebrecht: aparece na lista dos envolvidos com a empreiteira e volta a engrossar a lista de suspeitos da CPI.

## ■ José Carlos Vasconcelos (PRN-PE)

**Depoimento (26/11/93)** — Teve bom desempenho, embora não tenha sido tão convincente quanto Guerra. Provou que não vive do salário de parlamentar — tem distribuidora de derivados de petróleo. Mas ficou sob suspeita a compra de uma casa em Brasília, de US\$ 300 mil, e um rascunho com ordem bancária encontrado na casa de José Carlos.

**Situação** — Nenhuma evidência que aponte para a cassação.

## A situação de cada um dos depoentes